

ELÓI MARTINS SENHORAS
ANA CÉLIA DE OLIVEIRA PAZ
(organizadores)

EDUCAÇÃO

Agendas Temáticas

io LE
EDITORA

EDUCAÇÃO

Agendas Temáticas

EDUCAÇÃO

Agendas Temáticas

ELÓI MARTINS SENHORAS
ANA CÉLIA DE OLIVEIRA PAZ
(organizadores)



BOA VISTA/RR
2026

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão

Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa

Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e

Diagramação

Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial

Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se75 SENHORAS, Elói Martins; PAZ, Ana Célia de Oliveira Paz (organizadores).

Educação: Agendas Temáticas. Boa Vista: Editora IOLE, 2026.

Série: Educação. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-977111-2-3

1 - Brasil. 2 - Educação. 3 - Empiria. 4 - Estudos de Caso. 5 - Teoria.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Educação. IV - Série

CDD-370

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema double-blind-review.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práticas em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)





CAPÍTULO 1

*Meu Lugar e Minha Voz no Grêmio Estudantil:
Um Estudo sobre a Gestão Escolar Democrática*



MEU LUGAR E MINHA VOZ NO GRÊMIO ESTUDANTIL: UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Rute Glésia Lima Nolêto¹

Maura de Carvalho Ibiapina²

Paulo de Tarso da Silva Júnior³

Este capítulo é um aceno à observação acerca do Grêmio Estudantil como instrumento de democratização da gestão escolar. O estudo foi realizado em dos Institutos Federais (IFs) que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) e teve como principal objetivo analisar as contribuições do Grêmio Estudantil para o processo de democratização da gestão escolar.

Para tanto, buscou-se literatura que versa sobre as ideias-chave que envolvem a temática, quais sejam: Gestão democrática e Grêmio Estudantil. Além disso, procurou-se examinar as implicações das experiências dos jovens no grêmio, em se tratando da relação com a gestão da escola, bem como, identificar aspectos que evidenciem a contribuição do grêmio na construção de práticas democráticas e por fim compreender as percepções dos estudantes sobre o grêmio enquanto espaço de participação e democracia. A pergunta a partir da qual se estruturou todo este trabalho buscou

¹ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). E-mail para contato: rute.noleto@ifpi.edu.br

² Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). E-mail para contato: maura.monte25@gmail.com

³ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). E-mail para contato: paratarsotapety@gmail.com

saber: quais as contribuições do grêmio estudantil para a construção da prática democrática no interior da escola?

Aqui é importante destacar que, o Grêmio estudantil é um coletivo – respaldado em lei – formado por discentes que se imbuem do desejo e do sentimento de lutarem pelos seus direitos e defenderem seus interesses, em favor da democratização das relações no interior da escola e da gestão escolar, do ensino público de qualidade e da garantia dos direitos sociais.

Ressalta-se ainda, que a construção de uma democracia sólida dentro da escola, passa, imperativamente pelas entidades representativas que a compõem e, que, portanto, são estes espaços que favorecem e possibilitam a participação de todos e todas em pé de igualdade, desenvolvendo em cada ator e em cada atriz desse processo o interesse de conquistar sua própria cidadania, com vistas a uma participação política que não raro, extrapola os limítrofes da escola.

O presente capítulo se apoia na hipótese de que o Grêmio Estudantil é capaz de suscitar nos estudantes o interesse de participar ativamente da gestão da escola, promovendo a partir disso, práticas cada vez mais democráticas, consolidando-o como um espaço e um instrumento de democratização da gestão escolar, o que sinaliza não só para a escuta de todas as vozes que compõem essa entidade representativa como também para a participação destes na tomada de decisão referentes aos seus interesses.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Num país republicano como o Brasil – regido por uma constituição cidadã – todas as demandas direcionadas ao povo deve levar em consideração um conceito fundamental, o da democracia.

Democracia aqui é tomada como um sistema político que resguarda a todos os cidadãos e cidadãs o direito à efetiva participação. Ressalta-se, a partir de Demo (2009), que independentemente dos defeitos que a democracia possa ter e ela tem, ela é um valor em si mesma, e está acima de qualquer sistema vigente, portanto deve impregnar, em todas as suas estruturas e desdobramentos, qualquer política social.

De forma complementar, Paro (2016, p. 33), destaca que: “A democracia, como valor universal e prática de colaboração recíproca entre grupos e pessoas, é um processo globalizante, que tendencialmente deve desenvolver cada indivíduo, na plenitude de sua personalidade”. À vista disso, não é possível pensar em democracia ou em uma sociedade com marcas menos autoritárias, sem que se leve em consideração – dentro do contexto social coletivo – o direito subjetivo de cada ser humano.

Assim sendo, quando se fala de quaisquer direitos sociais – seja a saúde, a habitação, a segurança, o transporte, a assistência social, o trabalho – a democracia deve ser, imprescindivelmente, levada em conta. Quando as políticas públicas e as ações governamentais dizem respeito à esfera educacional, a perspectiva democrática também deve estar presente.

À vista disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1996) preconiza em seu artigo 3º, inciso VIII, que o ensino deve ser ministrado com base no princípio da “gestão democrática, [...] na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996).

O princípio da gestão democrática do ensino público, também está presente na própria Constituição Federal de 1988⁴ e em

⁴ Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI- gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

outros documentos oficiais a exemplo do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovado pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014⁵.

Conforme Medeiros (2003), “a gestão democrática está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e instrucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: [...] na tomada de decisões; na execução das deliberações coletivas” (MEDEIROS, 2003, p. 61).

Nesta perspectiva, a gestão democrática é aqui compreendida como um mecanismo que possibilita a partir do princípio da autonomia, a efetiva participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, criando espaços e instrumentos próprios para o debate entorno dos objetivos comuns perseguidos pela escola com vista à sua democratização. Está presente também a compreensão de que só por meio de uma gestão aberta ao diálogo, que faz a escuta de todas as vozes, sejam elas dissonantes ou não, é possível construir de forma coletiva uma educação pública de qualidade.

Em harmonia com Libâneo (2013), para que seja possível conquistar o direito de participar e com isso a própria cidadania, é necessário que se invistam muitos esforços. Isso implica necessariamente o envolvimento e o engajamento de todos os segmentos, possibilitando um conhecimento mais aprofundado acerca do funcionamento da escola e dos que nela trabalham e estudam.

Dessa forma, depreende-se que a gestão escolar democrática e participativa é aquela que educa seus alunos para o exercício efetivo da cidadania, organizando situações de aprendizagem numa

⁵ Art. 2º São diretrizes do PNE: VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.

perspectiva crítica e emancipatória, que visa não só a aprendizagem dos conteúdos didáticos, mas o desenvolvimento da autonomia com vistas a formar cidadãos conscientes de seus papéis sociais.

Nesse sentido, desde que o princípio da gestão democrática passou a fazer parte da agenda de discussões da educação e a nortear os documentos oficiais, as políticas educacionais e em consequência disso, as ações dentro dos espaços escolares, foram criadas algumas modalidades de participação que passaram a auxiliar a escola no seu processo de democratização. Dessas, pode-se citar a Associação de Pais e Mestres (APM), (APC) o Caixa Escolar, o Conselho Escolar, o Conselho de Classe e o Grêmio Estudantil (LIBÂNEO, 2012).

Dentre os órgãos colegiados supramencionados, destaca-se o Grêmio Estudantil, por ser o objeto deste estudo e por se apresentar como uma entidade representativa dos e das estudantes como espaço legítimo de participação dos mesmos nas questões relacionadas a democratização da educação e da própria gestão escolar.

Em conformidade com Galina e Carbello (2007, p. 33), “o grêmio estudantil é um espaço privilegiado para empreender o espírito democrático e desenvolver a ética e a cidadania na prática” Desse modo, compreende-se que para a efetivação da gestão escolar democrática, é necessário que se passe antes pelas agremiações estudantis, posto que sem elas, haverá sempre uma lacuna que impedirá a escola de escutar a voz de quem é por assim dizer, a razão de sua existência: os estudantes.

O grêmio estudantil é um coletivo formado exclusivamente pelos discentes e possui autonomia para se organizar em torno de seus interesses. Este, é fruto do movimento estudantil iniciado ainda no período colonial. De acordo com Marques (2021), o movimento estudantil deu seus primeiros passos ainda na década de 1710, quando um grupo formado por pouco mais de mil homens franceses invadiram o Rio de Janeiro.

Nesta ocasião, os estudantes, mesmo com pouca estrutura e armamento, e em quantidade bem reduzida, organizaram-se, resistiram e atacaram o grupo de soldados franceses, que acabaram por fugir. Todavia, somente em meados do século XX, com a criação das organizações estudantis – União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937 e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas⁶ (UBES) em 1948 – que as manifestações estudantis se estruturaram de forma mais organizada.

Em razão de sua forte atuação em diversos movimentos históricos – como o “Petróleo é nosso” os Centros Populares de Cultura (CPCs) – a classe estudantil organizada passou a sofrer intervenções políticas, sobretudo no período compreendido entre 1964 e 1984, em que prevaleceu a ditadura militar. Entretanto, o movimento resistiu e fez oposição ao próprio regime militar, além de ter protagonizado muitas lutas, a exemplo, do “Diretas já” (1984), o “Fora Collor”, que culminou no *Impeachment* de Fernando Collor de Melo (1992), dentre outras, sempre na tentativa de barrar as imposições dos governos em vigência (FREITAS; PIOVEZAN; PORTÉRO, 2020).

Para corroborar com essa discussão, Silva e Santos (2018), enfatizam que:

As manifestações estudantis foram relevantes nessa época, pois combateram as atrocidades políticas e sociais, reivindicando e questionando sobre as problemáticas educacionais e buscando melhorias para as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas (SILVA; SANTOS, 2018, p. 04).

⁶ Esse termo é equivalente ao que hoje chama-se de séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio (FREITAS, PIOVEZAN, PORTÉRO, 2020).

Seguindo a trajetória histórica do movimento estudantil, após o término do regime militar, os Grêmios Estudantis são regulamentados por meio da Lei Federal 7.398, de novembro de 1985, mas “não sem muitas lutas, tanto no Congresso Nacional, para a sua aprovação, como no interior das escolas, para sua implantação” (FREITAS; PIOVEZAN; PORTÉRO, 2020, p. 450).

Todo esse *frisson* se deu em meio ao processo de redemocratização, momento em que o país estava juntando seus cacos e tentando se recuperar de um período de trevas, de censura, de cerceamento dos direitos e das liberdades democráticas, próprios de um regime sobremaneira autoritário. Desse modo, foi “caminhando e cantando [...]” que o Grêmio estudantil lutou pelos seus direitos e resistiu aos tempos - que parecem ser - os mais sombrios da história brasileira.

A Lei 7.398/1985 que constituiu o Grêmio estudantil, conferiu aos estudantes o direito de voltarem a se reunir e se organizar de forma livre e legal entorno de seus interesses, com finalidades educacionais, culturais, esportivas e sociais (BRASIL, 1985).

Este dispositivo legal consolidou o Grêmio estudantil como um espaço privilegiado de participação, luta e resistência do movimento estudantil organizado, despertando entre seus membros o desejo de construir uma escola democrática e acessível a todos e todas, onde se ouvem e se respeitam todas as vozes, que bradam por um ensino público de qualidade que para além de outras questões, contemple o indivíduo na sua integralidade, incluindo, obviamente, a educação não só para o trabalho, como também para a cidadania.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo que ora se apresenta teve uma abordagem qualitativa, posto que o mesmo trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes dos envolvidos na pesquisa (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2010). Quanto aos procedimentos este trabalho se configura como um estudo de caso. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), este tipo de estudo “consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa” (p. 60).

A pesquisa desenvolveu-se no âmbito de um dos *campi* de um Instituto Federal (IF) que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tendo como participantes 2 ex-membros e 2 membros da diretoria atual do Grêmio Estudantil em questão. Sendo que os dois primeiros ocuparam o cargo de Presidente, e os dois últimos ocupam a Vice-Secretaria e a Diretoria de Imprensa, como funções. O critério adotado para a escolha dos participantes se limitou a ter ocupado o cargo de presidente ou fazer parte da diretoria atual do Grêmio Estudantil em análise, além do êxito no contato estabelecido entre os pesquisadores e os potenciais participantes.

O instrumento utilizado com fins de reunir os dados deste estudo foi a entrevista semiestruturada. Esta foi composta somente de perguntas abertas. Escolheu-se essa técnica porque acredita-se ser ela a que mais se adequa ao objeto de estudo, uma vez que possibilita o acesso a respostas mais livres e contextualizadas. As entrevistas foram realizadas de forma individualizada, por meio do aplicativo Google Meet nos dias 29 e 30 de novembro de 2021. Como forma de manter o anonimato e preservar as identidades dos participantes,

informa-se adicionalmente, que os atores da pesquisa serão considerados como: Ex-membro 1, Ex-membro 2, Membro 1 e Membro 2, conforme observa-se no Quadro 1.

Tomando como base os dados coletados e dos estudos feitos acerca do tema, para atingir os resultados que apresentados neste trabalho, foi utilizado como metodologia de análise a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), usando especificamente o que a autora denomina de categorização de Temas Apriorísticos, que são temas que se dispõem sobre pontos de discussões que estão prontos a serem analisados com base nos objetivos específicos da pesquisa.

A partir disso, as categorias criadas para análise foram agrupadas da seguinte forma: participação; gestão democrática; Grêmios Estudantis. Como forma de manter o anonimato e preservar as identidades dos participantes, informa-se adicionalmente, que os atores da pesquisa serão considerados como: Ex-membro 1, Ex-membro 2, Membro 1 e Membro 2.

Quadro 1 - Síntese dos dados das entrevistas

Pseudônimos dos participantes	Data da entrevista	Horário da entrevista	Local da entrevista
Ex-membro 1	29/11/2021	9h-10h	Sala de reunião do Google Meet
Ex-membro 2	29/11/2021	20h-21h30min	
Membro 1	29/11/2021	19h-20h	
Membro 2	30/11/2021	19h-20h	

Fonte: Elaboração própria.

Com o intuito de trazer mais detalhes acerca do objeto de estudo deste trabalho, julga-se importante mencionar que o Grêmios Estudantis em análise foi fundado no ano de 2016. A diretoria eleita para o mandato de 1(um) ano era composta por vinte e seis membros

atuando nas mais diversas áreas. A referida diretoria desenvolvia suas atividades reguladas por regimento próprio, reunindo-se ordinariamente uma vez por mês em sala própria. Na atual composição a diretoria possui 11 membros e um suplente, dos quais entrevistamos dois (Quadro 2).

Quadro 2 – Composição atual da diretoria do Grêmio Estudantil em análise neste estudo

Nº	Cargo	Série/Curso
1.	Presidente(a)	3ª /Técnico integrado ao Médio em Agricultura
2	Vice-presidente(a)	3ª /Técnico integrado ao Médio em Agricultura
3	Secretário(a)	3ª /Técnico integrado ao Médio em Administração
4	Vice-secretário(a)	3ª /Técnico integrado ao Médio em Administração
5	Tesoureiro(a)	3ª /Técnico integrado ao Médio em Agricultura
6	Vice-tesoureiro(a)	3ª /Técnico integrado ao Médio em Agricultura
7	Diretor(a) de esportes	3ª /Técnico integrado ao Médio em Agricultura
8	Diretor(a) de eventos	3ª /Técnico integrado ao Médio em Agricultura
9	Diretor(a) social	3ª /Técnico integrado ao Médio em Administração
10	Diretor(a) de imprensa	3ª /Técnico integrado ao Médio em Agricultura
11	Diretor(a) de saúde	3ª /Técnico integrado ao Médio em Administração
12	Suplente	3ª /Técnico integrado ao Médio em Administração

Fonte: Elaboração própria.

No presente momento – em razão da pandemia causada por meio do SARS-Cov-2⁷ – as atividades da agremiação estão suspensas, tendo sido um interclasse, realizado em fevereiro de 2020 envolvendo os estudantes e as estudantes do campus, a última atividade realizada pelo grêmio. Em março do mesmo ano idealizou-se um torneio intercolegial feminino em alusão ao mês da mulher, todavia o mesmo não se concretizou em função do quadro pandêmico que se instalou no país, obrigando a paralisação de todas as atividades escolares presenciais. É importante destacar que o referido grêmio ainda possui sala própria tendo sido a organização, a climatização e o mobiliário da mesma, suas últimas conquistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando se fala em gestão numa perspectiva democrática e nas instâncias colegiadas dentro da escola, imprescindivelmente, se pensa em participação. De acordo com Libâneo (2013, p. 89) “a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola”. Segundo este autor, é através da participação que os atores que compõem a escola se engajam no processo de tomada de decisão, possibilitando aos envolvidos a construção de espaços menos autoritários – que atendam aos interesses dos grupos e das pessoas – e a consolidação de uma cultura escolar democrática. A esse respeito, ao analisar a primeira questão direcionada aos entrevistados encontrou-se que:

⁷ Vírus da família dos coronavírus que, ao infectar humanos, causa uma doença chamada Covid-19. Por ser um microrganismo que até pouco tempo não era transmitido entre humanos, ele ficou conhecido, no início da pandemia, como “novo coronavírus” (INSTITUTO BUTANTAN, 2021).

Nós como grêmio éramos convidados a participar de planejamento de atividades escolares, então nós tínhamos um representante do conselho superior do instituto federal, mas nós tínhamos também a participação quando a gente ia deliberar sobre o planejamento anual do instituto federal, então nós tínhamos que dar essa contribuição. Então de maneira bem geral os assuntos que envolviam os estudantes a classe estudantil a gente era convidado pela gestão para participar e quando nós não éramos convidados pra participar, que aconteceu uma ou outra vez, nós íamos de qualquer jeito (risos) (EX-MEMBRO 1).

De acordo com as falas do Ex-membro 1, a primeira diretoria do grêmio estudantil composta no ano de 2016, tinha uma relação extremamente aberta e aproximada com a gestão, de modo que o acesso e o direito de fala da representação estudantil nas discussões propostas em reuniões conduzidas pela direção, eram em sua maioria, livres.

O entrevistado relatou vários episódios em que a convite da gestão participou de discussões que tratavam acerca do transporte escolar, da bolsa estudantil, do refeitório, das visitas técnicas dentre outras questões. Desta forma a fala do entrevistado situa-se na mesma perspectiva Libâneo (2012), quando ele enfatiza a importância da participação da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão, com vistas ao melhor funcionamento da escola e à elevação da qualidade do ensino ofertado na instituição, além de corroborar com o pensamento de Boutin quando ela destaca que:

A perspectiva de luta e a democracia se tornam fragilizadas quando as ações dos grêmios estudantis são reduzidas a mera realização de eventos festivos/recreativos e esportivos (BOUTIN, 2021, p. 14).

Desta forma, compreende-se que é salutar para o processo de democratização da gestão escolar que a participação dos estudantes não seja limitada ou reduzida àquela ou a essa atividade e que sendo eles partícipes da escola têm o direito de intervir em qualquer assunto que lhes dizem respeito.

Ao serem provocados a fazerem uma avaliação acerca da participação dos mesmos no campus – ponderando se as consideravam democrática ou não – os atores da pesquisa assim reagiram:

Bom, eu considerava que sim devido, e aí tem algumas questões que são interessantes pontuar que me levam a acreditar que era uma participação democrática [...] então nós participamos por diversos momentos de atividades no campus e fora do campus que a gente conseguia ver a demonstração dos estudantes né, das pessoas que estavam envolvidas dentro, envolvidas no processo de construção democrática né a gente sempre procurava é, pautar as nossas decisões a partir do diálogo é [...] então nós conseguimos uma participação efetiva de luta e de resistência propositiva e pragmática, porque isso também é importante pra gestão democrática pra garantia da nossa participação, mas também a gente conseguiu o prestígio e a representatividade que um espaço como esse requer também (EX-MEMBRO 1).

Sim, eu, agente específico no grêmio era bem democrático todo mundo dava sua opinião e a gente levava em conta todos. Na instituição, qualquer coisa que eu chegasse e perguntasse pra diretora, pro diretor eles tavam ali pra me atender, então eu acredito que foi sim democrática (EX-MEMBRO 2).

Os resultados dessa provocação revelam que embora em tempos e gestões diferentes a participação do grêmio era efetiva e democrática. Desse modo, as falas dos entrevistados caminham em conformidade com o pensamento de Ferreira (2013, p. 78), quando ele afirma que “participar significa que todos podem contribuir, com igualdade de oportunidades, nos processos de formação discursiva da vontade”.

Quando se abordou acerca das contribuições do grêmio para a democracia da instituição, os participantes colocaram as seguintes questões:

Eu considero sim, a atuação do campus muito importante para a democracia. E um exemplo que posso dar não é nem de quando eu estava participando do grêmio, é porque teve um, até considero um evento do #tira a mão do meu IF estava cortando verbas aí o grêmio que estava na época foram eles que combinaram de todo mundo ir com a camiseta preta, de no 7 de setembro todo mundo levantar uma camiseta preta (MEMBRO 1).

É a gente como grêmio a gente corre atrás dos nossos direitos lá dentro, eu, como diretora de imprensa sempre recebia as coisas mantinha contato entre alunos, grêmio e a diretoria. Acredito que sem o grêmio seria mais difícil de ter e também o acesso as outras coisas como manifestação a gente também corria atrás quando era para nossos direitos a gente sempre procurou está no meio (MEMBRO 2).

Sim, com certeza. No, no instituto os alunos sempre tiveram sua voz né, sempre foi ouvido por todos e os alunos têm bastante autonomia lá dentro do instituto (EX-MEMBRO 2).

Percebe-se nas falas dos atores da pesquisa que a existência e a atuação dos membros do grêmio no campus contribuíram para o processo de democratização e para o fortalecimento do grêmio como espaço de luta e de defesa dos direitos dos estudantes. Essas constatações podem encontrar apoio nas reflexões de Souto (2000) quando ele diz que:

O grêmio estudantil, dentro da perspectiva de formação dos sujeitos que dependem da escola pública, se torna um mecanismo de relevante significado. Ou seja, as experiências democráticas e políticas, com a consolidação do espaço de atuação estudantil, são vivenciadas na prática, podendo assim os conceitos de ética, cidadania, participação, representatividade serem trabalhados e mediados com experiências significativas e práticas (SOUTO, 2020).

As colocações do ex-membro 1, ao tratar das contribuições do grêmio para a democracia, também trazem aspectos que se julga importante e necessário aqui colocar em relevo, quais sejam:

A importância do grêmio ela não é só uma, uma importância de representatividade, mas ela também uma importância de construção escolar, a gente participa das tomadas de decisão e a gente propõe e a gente participa, então a gente tem uma percepção que muitas vezes a gestão escolar não consegue ter sobre muitas coisas, como por exemplo a necessidade de alguns cursos, nós fizemos essas sugestões, olha a nossa realidade enquanto cidade enquanto população (EX-MEMBRO 1).

Estas falas conversam diretamente com o pensamento de Gadotti quando este aponta que “a melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais está intrinsicamente ligada à criação de espaços de deliberação coletiva” (GADOTTI, 2014, p. 01). Essa menção permite que se reflita acerca do papel do grêmio dentro da escola, compreendendo que este vai além da organização de eventos culturais e esportivos, mas que também se situa no bojo da principal preocupação da escola: a aprendizagem dos estudantes.

Ao ser indagado acerca das vivências que marcou sua atuação no grêmio e as contribuições destas para sua formação, os ex-membro, assim se colocou:

Então, o grêmio me possibilitou ter uma percepção muito mais ampla sobre muitas coisas é, eu comecei a compreender que eu não queria sair do instituto federal só como uma pessoa formada em técnico em fruticultura, não, eu queria sair de lá como o humano que reconhece direitos que participa da construção política, não da política partidária, mas da construção da cidadania das relações sociais e que também pudesse ter no meu trabalho na minha formação técnica uma percepção humana e crítica sobre muita coisa que acontece. Eu descobri no grêmio que nós somos capazes de sendo nós mesmos chegarmos aonde a gente quiser, e o grêmio, assim era perceptível que eu achava que eu tinha asas eu achava que eu voava o grêmio me empoderava, então o grêmio eu costumo dizer que ele forma cidadãos e cidadãos críticos e críticas para o mundo (EX-MEMBRO 1).

O entrevistado relatou que, ao entrar no grêmio, tudo passou a incomodá-lo, de modo que começou a refletir e a dialogar sobre várias questões, tais como gênero, sexualidade, protagonismo

juvenil, raça, machismo, racismo, LGBTfobia, cidadania, direitos humanos etc. Todos estes temas eram levantados e discutidos em rodas de rodas de conversa realizadas no próprio campus. Foi também na fala desse entrevistado que se encontrou a seguinte declaração: “O grêmio é indispensável na minha compreensão numa gestão democrática, a gestão escolar democrática ela passa pelo grêmio estudantil” (EX-MEMBRO 1). As declarações desse participante convergem com o pensamento de Silva e Santos (2018, p. 08-09), ao enfatizarem que “o indivíduo, ao atuar coletivamente, lida com suas tensões identitárias, constrói sua consciência e se reconhece dentro dos limites impostos pelas sociedades e pelas relações sociais”.

Também provocamos os membros da diretoria atual acerca das suas vivências marcantes e da repercussão do grêmio em suas formações, ao que responderam:

Creio que foi quando a gente teve que lutar bastante para ter a sala do grêmio em si. Quando a gente pegou a nossa gestão a sala era usada mais como depósito para as outras coisas onde não tinha onde botar a gente ficou muito tempo vendo isso, inclusive tinha até atas de 2016 com pedido de computadores que conseguiu esse ano. Então acho isso marcou bastante a gente por questões de conseguir esse direito nosso (MEMBRO 1).

Mais relevante acho que no caso que a gente fez mais alguma coisa foi eventos no interclasse foi quando a gente conseguiu fazer o evento todo (MEMBRO 2).

As revelações postas pelos dois membros da atual diretoria dialogam com as ideias de Galina e Carbello (2007) ao destacarem fortemente que os grêmios são os espaços mais indicados designados

para começar a construção de um espírito democrático. Desse modo, depreende-se que as agremiações estudantis são espaços próprios para o diálogo entre os estudantes e para a construção da cidadania. É em um espaço como este que o jovem desde cedo aprende a discutir e a se colocar acerca das problemáticas do seu entorno, buscando em meio a coletividade as possíveis soluções para elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inferiu-se a partir desse estudo que o grêmio se apresenta como um mecanismo de legítima participação da classe estudantil organizada, contribuindo consideravelmente para a autonomia, para afirmação de identidades e para a formação crítica e cidadã dos jovens que por ele passam.

É no âmbito dessa instância representativa dos estudantes que as lideranças estudantis despertam para a participação política dentro e fora da comunidade escolar, forjando jovens capazes de participar ativamente do processo de tomada de decisão, auxiliando a escola na construção de uma gestão democrática e participativa.

O grêmio analisado neste estudo tem desde a sua fundação plantado entre os estudantes o espírito democrático necessário para uma vida escolar e social em coletividade, buscando por meio de manifestações no interior do campus e através de mobilizações nas ruas e nas comunidades conquistar seu espaço e sua cidadania com vistas a tornarem-se agentes transformadores da realidade.

Frente ao exposto, destaca-se enfaticamente a importância dos grêmios estudantis para a construção de práticas democráticas na escola, bem como sugere-se que a escola reconheça a legitimidade do grêmio como um coletivo que trabalha favor dos

interesses dos estudantes, onde suas vozes precisam necessariamente ser respeitadas e consideradas no âmbito da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo categorial temática**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOUTIN, A. C. B. D. “A participação política em grêmios estudantis na perspectiva de documentos orientadores”. **Revista Educação Online**, n. 37, 2021.

BRASIL. **Lei n. 7.398, de 4 de novembro de 1985**. Brasília: Planalto, 1985. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30/05/2026.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30/05/2026.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

FREITAS, V. R. A.; PIOVEZAN, E. S.; PORTÉRO, C. S. S. “O Grêmio Estudantil e os desafios da gestão democrática na escola pública”. **Revista Humanidades e Inovação**, vol. 7, 2020.

GADOTTI, M. **Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional**. Jaciara: Secretaria de Educação, 2014.

GALINA, I. F.; CARBELLO, S. R. C. “Gestão democrática e instâncias colegiadas”. In: CARVALHO, E. J. G. *et al.* (orgs.). **Gestão escolar**. Maringá: Editora da UEM, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. São Paulo: Editora Heccus, 2013.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

MARQUES, A. S. **A participação do grêmio estudantil na gestão da escola pública no contexto das políticas educacionais neoliberais** (Dissertação de Mestrado em Educação). Marília: UNESP, 2021.

MEDEIROS, I. L. **A gestão democrática na rede municipal de educação de Porto Alegre de 1989 a 2000 - a tensão entre reforma e mudança** (Dissertação de Mestrado em Educação). Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Editora da Feevale, 2013.

SILVA, A. V.; SANTOS, V. A. S. “O Grêmio Estudantil como mecanismo da gestão democrática: um estudo de caso no município

de Messias-Alagoas”. **Anais do V Congresso Nacional de Educação**. Campina Grande: Editora Realize, 2018.

SOUTO, E. S. S. “Gestão democrática como mecanismo de consolidação dos direitos humanos: o grêmio estudantil como instância de consolidação do direito à educação”. **Anais da XXV Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação**. Salvador: UFBA, 2020.

